

“JEITINHO CARIOCA(?)”: A CIDADE DE SÃO SEBASTIÃO DO RIO DE JANEIRO E SEU SISTEMA DEFENSIVO EM TRÊS MOMENTOS DISTINTOS DO PERÍODO COLONIAL

Francisco José Corrêa-Martins¹

¹Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Departamento de Geociências – Instituto de Agronomia
BR 465, Km 7 – Seropédica, RJ - CEP 23890-000
e-mail: correa_martins@ufrj.br

RESUMO

A descoberta do Brasil pelos portugueses não suscitou inicialmente grande interesse, pois que, naquele momento, obtinham maiores lucros com suas possessões coloniais asiáticas. Tal fato foi logo aproveitado pelos franceses, que se instalaram na região da Baía da Guanabara em 1555, forçando então Portugal a agir, para obter a expulsão dos invasores. Embora derrotados inicialmente, os franceses não se deram por vencidos e voltaram a ocupar a mesma região, obrigando os lusitanos, colonos e índios aliados a agir de forma distinta, ou seja, colonizando a área e a reconquistando, expelindo a ameaça externa. Essa lenta ocupação também se refletiu no aparato defensivo, que poucas edificações contava no início dos anos 1600. Por essa época, a União Ibérica trazia os inimigos da Espanha às colônias portuguesas, levando os holandeses a ocuparem terras do nordeste brasileiro, o que muito assustou a gente do sul que, sem cabedais ou pessoal habilitado, teve que melhorar suas posições defensivas e construir outras, tendo em vista uma ação inimiga que, felizmente, não ocorreu. As atividades auríferas tornaram o Rio de Janeiro uma cidade rica no início do século XVIII, o que atraiu a cobiça dos inimigos de Portugal. Assim, foi palco de duas ações de corsários franceses, sendo que a de 1711, levada a efeito por Duguay-Trouin, gerou profundas consequências para seu sistema defensivo, levando à elaboração de diversos planos defensivos por engenheiros-militares, reparos de edificações e à multiplicação de construções de baterias, fortes e muralhas, muitas das vezes, sem o devido planejamento ou a previsão de sua inutilidade próxima. O resultado é que, no final dos 1700, embora pudesse parecer que a cidade estava devidamente defendida, muitas das fortificações só existiam no papel, outras estavam em ruínas e não viriam a ser recuperadas, e poucas, de fato, viriam a ser exigidas, quase um século depois.

Palavras chaves: Rio de Janeiro, Sistema Defensivo, Fortificações, Coleção Cartográfica do AHEx, Cartografia Histórica, História do Brasil

ABSTRACT

The discovery by the Portuguese of Brazilian lands not initially raised great interest because, in that court, obtained larger profits from their Asian colonial possessions. This little attention was soon seized by the French, who settled in the region of Guanabara Bay in 1555, then forcing the Lusitanian crown to act, for the expulsion of the invaders. Though initially defeated, the French do not have a due and returned to occupy the same region, forcing the Portuguese, the settlers and Indians allies to act differently, colonizing the area and reclaiming, expelling the external threat. This slow occupation also reflected in the defensive apparatus, which had many buildings in the early 1600s. By that time, the Iberian Union brought the enemies of Spain to the Portuguese colonies, prompting the Dutch to invade the Brazilian Northeast, which greatly alarmed the people of the South that without qualified personnel, had to improve their defensive positions and build other against enemy action which, fortunately, did not happen. The gold mining activities have made the Rio de Janeiro a city rich in the early eighteenth century, while it attracted the greed of the enemies of Portugal. So, was the scene of two shares of French corsairs, and that of 1711, carried out by Duguay-Trouin generated profound consequences for his defensive system, leading to the drafting of several defense plans for military engineers, repairs of buildings and the multiplication of buildings batteries, forts and walls, often without proper planning or prediction of his uselessness next. The result is that at the end of 1700, although it would seem that the city was

defended properly, many of the fortifications only existed on paper, others were in ruins and were not to be recovered, and few, indeed, were to be required, almost a century later.

Keywords: Rio de Janeiro, System Defense, Fortifications, Cartographic Collection of AHEX, Historical Cartography, History of Brazil

1. INTRODUÇÃO

Cabe aqui dizer que por todas as capitanias os receios de alguma invasão estrangeira era como um sentimento publico. Temiam-se Francezes, temiam-se Inglezes, temiam-se Hollandezes e até se chegavam a temer Mouros e Turcos. (VARNHAGEM, 1854, p.355)

Antes mesmo da cidade do Rio de Janeiro existir, seu território suscitara a cobiça estrangeira, levando-o a ser ocupado pelos franceses e ter de ser reconquistado pelos portugueses. De certa forma, se reproduzia aqui os signos da conquista do território brasileiro, feito muitas vezes, com uma enxada em uma mão e a espada na outra.

Neste trabalho, nossos objetivos são de apresentar uma visão geral do organismo defensivo do Rio de Janeiro ao longo da época colonial, balizando os períodos por séculos, através de uma perspectiva histórica, para possibilitar a compreensão de como a defesa da cidade foi construída durante esse tempo, enfocando no exame das fortificações que sustentaram (ou não) esse sistema, apresentando-as em uma sequência horária, tomando por base a Baía da Guanabara.

2. UM INÍCIO CONTURBADO – O SÉCULO XVI

As questões relativas à defesa do Rio de Janeiro, e mesmo de outras partes litorâneas do Brasil, muitas vezes se baseiam, sobretudo, em indícios ou referências, pois que, muitas vezes, não há documentos, sejam eles cartográficos, escritos ou imagéticos, que permitam estabelecer, com fidedignidade, aspectos relativos àquelas obras.

É o caso daquela que é considerada a primeira construção defensiva erigida nas terras do atual estado do Rio de Janeiro. Muito embora a feitoria de Américo Vespúcio, que teria sido erigida em 1505 e ainda estaria de pé em 1518, tenha sido relacionada à região de Cabo Frio, há o texto de Alexandro de Santa Cruz que, pela descrição geográfica, aponta a Baía da Guanabara como local de sua edificação. Décadas depois foi a vez de Martim Afonso de Souza estacionar alguns meses na já referida baía, construindo um fortificação ligeira, de terra e madeira, que depois deixou para trás (CASTRO, 2009).

Graças a ausência da coroa portuguesa, mais preocupada no comércio lucrativo com suas possessões orientais, o litoral brasileiro desde cedo se tornou local de bons negócios para os comerciantes franceses de Dieppe e Honfleur, experiência essa fundamental para a vinda de um contingente maior para colonizar as terras da Guanabara. Assim nascia a França Antártica em 1555 (FRAGOSO, 2004).

Homens hábeis do mar, os súditos de Henrique II, ao ali chegarem, perceberam que sua primeira tarefa seria a de “fechar a porta” da Guanabara, colocando quatro peças de artilharia apoiadas em uma plataforma de madeira sobre a ilha que domina sua entrada, a que chamaram de “Ratier” e que depois ficou conhecida como “da Lage”, mas da qual foram logo expulsos pelo mar. Isso marcaria o início de uma luta do homem contra as condições naturais daquele ponto, tentado domá-las, e que se estenderia por dezenas de anos (FERREZ, 1972, FRAGOSO, 2004, CASTRO, 2009).

Deste modo, privilegiando tanto a necessidade de vigilância da entrada da baía como a proximidade da terra com segurança, embora com uma séria restrição de água, os franceses ocuparam na porção ocidental da Baía da Guanabara a Ilha de Serigipe, onde construíram um forte ao qual deram o nome de Coligny, mas tanto a construção como a ilha acabariam por herdar o sobrenome daquele que liderara a expedição, Nicolas Durand de Villegagnon. Naquela época, a ilha (Fig. 1) possuía duas elevações de rocha gnáissica, semelhante a que constituiu o Pão de Açúcar e, assim a posição defensiva francesa ficava entre os dois morros, como mostra a ilustração de THEVET (1586). Sobre a fortificação em si, os cronistas da época são pouco claros sobre sua construção, mas é bem provável que se tenha utilizado principalmente das rochas ali existentes, assim como de terra e madeira, para a constituição de seus muros.

A notícia da presença francesa em terras portuguesas não foi do agrado dos agentes da coroa lusitana. Assim, Mem de Sá, o novo governador-geral, liderou brancos, mamelucos e índios para atacarem e expulsarem os invasores da ilha e da Guanabara, em um ataque desfechado em 15 de março de 1560 onde, após um desembarque anfíbio e mais de 48 horas de combate, os franceses fugiram para o continente, sendo que parte deles posteriormente se rendeu. Sobre a posição francesa, em carta à rainha Catarina, datada de 16 de junho de 1560, Mem de Sá escreveu que “Posto que vi muito e li menos, a mim me parece, que se não vio outra fortaleza tão forte no mundo” (SOUZA, 1885), um evidente exagero da parte dele.

Alegando efetivos insuficientes, o governador-geral ordenou arrasar a posição francesa, mas se retirou da região sem deixar uma força de presença, o que permitiu o restabelecimento da presença francesa, agora de uma forma mais dispersa no continente, na faixa entre a atual Praia do Flamengo e o Largo da Glória, fortificando-se no alto de uma elevação próxima, o Morro do Uruçumirim, nome que não se sabe ao certo se referente ao local ou ao chefe indígena ali existente. Outra parte dos franceses se refugiou na Ilha de Paranapuã, atual “do Governador”, onde

construíram, junto com seus aliados índios, outras fortificações, circundadas com cercas de madeira construídas com a vegetação da região (CASTRO, 2009).



Fig. 1 - THEVET, A. Lisle Henrii. [S.l.], [s.n.], [1586], 15 X 18,5 cm. Fonte: BNF – Paris - <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b85967002.r=andre+thetvet.langPT>

Essa situação, a atitude francesa de permanecer na região da Guanabara, forçou os portugueses a agir e, em 1565 uma expedição liderada por Estácio de Sá, trazendo colonos de São Vicente e contando com o apoio de índios catequizados por jesuítas como Manoel da Nóbrega e José de Anchieta, fundou a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro junto ao Morro Cara de Cão, na entrada da baía, tanto para controlar o acesso ao interior da mesma como também ter maior facilidade para receber reforços. Na realidade, a posição lusitana era pouco mais do que um conjunto de choupanas, feitas de madeiras e folhas, com uma paliçada construída ao redor. E logo ela seria atacada pelos índios aliados dos franceses, sendo que as escaramuças, em terra e no mar, se sucederiam até o sobrinho de Mem de Sá recebesse, em 1567, tanto reforços da Metrópole como de outras partes da colônia, que lhe permitiram investir as posições “francesas” no Morro de Urucumirim, hoje Outeiro da Glória e na já citada Ilha do Governador, sendo que os franceses só seriam expulsos da área do estado do Rio de Janeiro em 1572.

Após a derrota francesa, os portugueses decidiram mudar a cidade de lugar, já que o local, além de acanhado, não permitia o fundeadouro adequado e, do Morro Cara de Cão, ela foi deslocada para outro morro, maior e muito próximo à ilha que fora ocupada por Villegaignon. Assim, ainda em 1567, o Morro do Descanso ou de São Januário veio a ser ocupado pelos habitantes do Rio de Janeiro, tendo seu topo parcialmente nivelado, gerando algo como dois planos distintos, mas com pequeno desnível entre eles, e que ficou mais conhecida como o Morro do Castelo, construindo-se naquele mais a noroeste a fortificação que viria a ser chamada de São Sebastião ou do Castelo, enquanto na extremidade mais próxima à Ponta do Calabouço, quase imediatamente atrás da Igreja de Santa Luzia, construiu-se outra fortificação, chamada de Forte de São Januário, da qual há poucas informações (CASTRO, 2009). Já o sítio original da cidade daria origem ao Forte de São João.

Embora o Morro do Descanso/de São Januário/do Castelo oferecesse uma posição privilegiada, havia o velho problema do abastecimento d'água e, em uma operação de cerco, a posição poderia cair pela sede. Assim, há relatos que

indicam já nos anos de 1570 a edificação de uma fortificação ligeira na Ponta do Calabouço, para apoiar o Castelo, bateria essa que seria o núcleo do futuro Forte de São Tiago, construído no século seguinte (CASTRO, 2009).

De qualquer forma, logo se viu que a cidade não podia se limitar ao alto do morro, e logo se espalhou pela baixada que existia entre os morros do Castelo e aquela onde seria construído o Mosteiro de São Bento. Balizava-se assim o crescimento do rio de Janeiro praticamente até o final do século XVIII.

Mas restam ainda questões sobre quando a área da atual Fortaleza de Santa Cruz teria ocupada ou quando se iniciou seu uso como posição defensiva. Alguns, como SOUZA (1885) e BARRETO (2011), advogam a tese de que desde 1555 já se teriam instalado canhões naquela posição, visando obstar a livre trânsito dos navios que demandassem a Baía da Guanabara, com o que não concorda CASTRO (2009), apontando a ausência de documentação probatória. No entanto, resta pouca dúvida de que, nos anos 1570, aquele ponto já estava fortificado, mesmo que de forma ligeira, com canhões e muros de madeira.

Deste modo, no fim do século XVI, o sistema defensivo na região da Baía de Guanabara apontava a existência, no lado ocidental, da bateria ao pé do Morro Cara de Cão, da posição de bateria no Outeiro da Glória, do Forte do Castelo e a bateria de São Tiago, enquanto no lado oriental havia a bateria que se chamou de N. Sa. da Guia, e que viria ser o núcleo da futura Fortaleza de Santa Cruz, evidenciando, desde cedo, que a defesa daquela área dependia do controle dos dois lados da entrada da baía.

Embora a ameaça francesa fosse importante, as questões de segurança gravitavam em torno dos índios, que resistiam a ser expulsos dos locais que ocupavam há tempos. Será contra o gentio, então, que o esforço do colonizador se voltou, buscando eliminar sua presença nas terras da Guanabara, o que se fez até quase metade do século seguinte.

Mas não quer dizer não poderiam acontecer alguns “sustos”. Em 1583, uma frota francesa (outra?) entrou na Baía da Guanabara e fundeu em frente à bateria de São Tiago, enquanto o governador estava fora em uma expedição contra os índios. Para se opor aos eventuais inimigos, Frei Vicente do Salvador (1627 apud CASTRO, 2009) nos relatou que

Porque a cidade estava sem gente e não havia mais nela que os moços estudantes, e alguns velhos, que não puderam ir à guerra do sertão, destes fez uma companhia, e D. Ignez de Souza, mulher de Salvador Correa de Sá, fez outra de mulheres com seus chapéus nas cabeças, arcos e flechas nas mãos, com o que, e com o mandar tocar muitas caixas, e fazer muitos fogos de noite pela praia, fizeram imaginar aos franceses que era gente para defender a cidade, e assim a cabo de dez ou doze dias levantaram as âncoras, e se foram.

3. O PERIGO PASSA AO LARGO – O SÉCULO XVII

Passados os transe iniciais da ocupação, novos problemas de ordem externa vieram a turbar a situação no Brasil. Fruto de uma crise dinástica, Portugal e suas colônias haviam sido reunidos à coroa espanhola sob Felipe II, nesse momento soberano do maior império existente. Esse período, conhecido como União Ibérica (1580-1640), os inimigos dos espanhóis começaram a atacar as possessões portuguesas, tanto no Oriente como no Ocidente.

Se havia por parte da Metrópole um planejamento para a melhoria do sistema defensivo, a união forçada aos espanhóis e o controle dos cofres portugueses pelos novos senhores inviabilizou qualquer possibilidade de gastos com a cidade do Rio de Janeiro, ainda mais porque, naquela época, a parte mais florescente da colônia brasileira era o Nordeste, com seus mares de canaviais e sua produção de açúcar, que fluía de forma crescente para a Europa desde o último quartel do século anterior.

Assim, no *Livro que da razão do Estado do Brazil Feitas por João Teixeira. Cosmographo de Sua Magestade. Em Lisboa, 1612*, a folha nº 5, relativa ao Rio de Janeiro, mostrava a existência dos fortes de S. João, de Santa Cruz e de São Tiago, que figura equivocadamente como em uma ilha junto ao continente. Mas outros também se interessavam pelas defesas cariocas, como se vê em uma gravura do holandês Nicolas van Geelkerken, *Rio Genero*, publicada em um livro de 1624, além dos três já citados do Forte de Villegaignon, o que é certamente um equívoco já que o local se encontrava em ruínas desde o século anterior. Outro holandês, Dierick Ruiters, ali esteve em 1618 e deixou algumas informações sobre a cidade de então, dizendo que ela se estendia pela marinha, podendo ser percorrida em meia hora, pois que a largura da faixa que ocupava não ultrapassava de dez a doze casas, a maioria baixa e sombria, com poucas ruas e que não eram calçadas, e por isso andava-se na areia até os tornozelos. E, importante, a cidade não era murada (FERREZ, 1972).

Não era gratuito o interesse holandês. Embora o Brasil fosse uma colônia portuguesa, o açúcar brasileiro mal tocava em Lisboa, já que as refinarias ficavam nos Países Baixos, área de domínio espanhol, região essa que se revoltara contra Felipe II, alcançando obter uma trégua de 12 anos contra a Espanha, o que significou, de fato, a preparação para as ações das duas famosas companhias das Índias, sendo que a Ocidental foi responsável pelas ações no Nordeste Brasileiro entre 1624 e 1654.

As invasões holandesas no Nordeste monopolizaram então tanto a atenção dos portugueses como dos espanhóis, que para lá remetiam homens, armamento e dinheiro, em detrimento de outras regiões da colônia brasileira. Assim, as reclamações do Governador Salvador Correia de Sá e Benevides, em uma carta de 1637, de que o Rio de Janeiro estava com “muy falta de art.ª; pólvora e munições, condestáveis [chefes de artilheiros] e soldados, todas as

cousas sem as quaes se não pode deffender aquella praça, porquanto há em ella 5 fortalezas (sic) e muitos reduttos, por ser muy estendida e ter necessidade de muita prevenção” caíram no vazio (FERREZ, 1972).

Contudo, é necessário ressaltar que Portugal, em guerra com a Espanha após reconquistar sua autonomia em 1640, enviou ao Rio de Janeiro dois engenheiros-militares franceses, Felipe de Quitam (Philip de Quitan) e Miguel Delescolle (Michel de Lescolle), que produziram, em 1649, uma série de relatórios em que fizeram o primeiro exame do sistema defensivo carioca então existente (dos quais as plantas e os mapas são considerados perdidos), indicando a situação geral e as obras a serem feitas (FERREZ, 1972).

De todo o modo, o inimigo acabou não aparecendo, e as preocupações com a defesa voltaram a cair no esquecimento. Vejamos então qual era a situação naquele século.

Junto à entrada da baía, a posição do Morro Cara de Cão fora fortificada e se transformara no Forte de São João, não se sabendo se a data de 1601, registrada pelo Barão de Rio Branco é correta, embora o forte figure no Atlas de Pedro Teixeira já citado. Segundo CASTRO (2009), a bateria ali instalada “não passava de uma trincheira de taipa de pilão, com cerca de dois metros de largura, com pouco armamento”. Contudo, e de acordo com as possibilidades, foram feitos melhorias e novos fortes ou baterias construídos, tais como São Martinho, em 1624, Santa Luzia (ou São Diogo), antes de 1650 e São Teodósio, na década de 1650, e os materiais empregados foram “pedra e cal” que, se aumentava o caráter defensivo, aumentava também os custos e o tempo de construção. Desde então, São João foi considerado uma fortaleza, na medida em que possuía várias posições artilhadas, mas submetidas a um comando único.

Aliás, CASTRO (2009) ressaltou que é possível

classificar o complexo no Cara de Cão como uma fortaleza, um conjunto de defesas interdependentes, que foram edificadas] para impedir que um inimigo desembarcasse na praia de fora (sic), subisse o morro e, de lá, dominasse a bateria de São João, com possibilidades de bombardear também Santa Cruz: um perfeito e raro exemplo, no Brasil, de uma fortificação terrestre construída para complementar outra posição, costeira, mais importante.

Logo ao lado, situada entre o Pão de Açúcar e o Morro da Babilônia, a Praia Vermelha teve um projeto de fortificação inicial em 1694, mas que somente começou em 1698, e que avançaria para o século seguinte (CASTRO, 2009).

No livro de João Teixeira se nota a ausência dos fortes de São Sebastião /do Castelo e São Januário. Ocorre que já no princípio do século XVII, o Forte do Castelo tinha suas muralhas em ruínas, uma mostra da ausência tanto de um projeto adequado como do emprego de materiais mais resistentes. Daí a opinião do Governador do Brasil, Conde de Castelo Melhor, em 1650, de que aquele forte “Era quase inútil o que se havia trabalhado no Forte Real da eminência da praça [Castelo] que V.M. me diz está acabado e na plataforma que faziam os soldados por ficar uma e outra obra imperfeitas”. Assim, com reparos emergenciais, e como plataforma para poucos canhões, essa posição funcionou até a primeira década do século seguinte. Quanto ao Forte de São Januário, a documentação indica seu abandono na década de 1660, sendo que simplesmente desapareceu (CASTRO, 2009).

Junto ao Castelo, o Forte de São Tiago fora erigido a partir de 1603, com material de alvenaria sendo empregado nas muralhas, no lugar das usuais terra e madeira. Aproveitamos o momento para ressaltar que a maioria das posições de defesa era encarada como “obra em execução”, ou seja, elas eram iniciadas, recebendo acréscimos e modificações pouco a pouco, quase como “obras de igreja”. Neste caso o Forte de São Tiago atingiu o final do século XVII com um formato de torre, quase medieval, algo pouco usual na época (CASTRO, 2009).

Um exemplo de possível fortificação efêmera foi o Forte de Santa Cruz, que teria sido construído no final do século XVI, em 1605 ou em 1623. A questão é que as referências são apenas indiretas, e nenhum documento cartográfico aponta a existência do mesmo. Talvez tenha sido uma posição de defesa ligeira, construída para defender a marinha da cidade (a atual Praça XV) e, vista sua inutilidade, pela expansão da cidade e assoreamento da baía, e sua área sido utilizada para edificar uma igreja da Irmandade de Santa Cruz dos Militares (FERREZ, 1972).

Talvez o Forte de Santa Margarida, que começou a ser construído na Ilha das Cobras em 1624, fosse uma reação à invasão holandesa ocorrida em Salvador naquele mesmo ano. Contudo a obra de alvenaria se arrastou por longo tempo e, em um relatório datado de 20 de abril de 1649, elaborado pelos engenheiros militares Philip de Quitan e Miguel de Lescolle, encontramos que “há Ilha das Cobras Sinalada V, não se Excuzara de fortificar a ditta Islha, Em a qualla de Presente Estão as ruínas (sic) dhum fortinho que chamão de Sta. Margarida, mas El he tal com hum Poco de mato que tem Cressido não se enchergue o forte nem a figura del” (FERREZ, 1972).

No final do século não há qualquer referência a ela como estando armada, ou seja, provavelmente estava como uma plataforma aberta e abandonada (CASTRO, 2009).

Embora tenha sido uma posição importante, pela sua localização estratégica, a data de edificação do Forte de Santa Catarina ou bateria de São Bento não é pacífica, pois, se o livro de Pedro Teixeira não a referencia, há uma planta da cidade de 1610, de origem holandesa, que aponta sua localização, além de ser referida pelo já citado Dirck Ruiters. Já na Planta de João Teixeira Albernaz, de 1631, lemos que era um “Reduto de pedra e cal em que estão duas peças de artilharia para defender o trânsito das embarcações que possam ancorar no porto entre a dita montanheta de São Bento e a ilha em frente, das Cobras”. Apesar de sua importância, ela não recebe manutenção e em 1678 já não é mencionada como armada (CASTRO, 2009).

Junto ao Morro de São Bento, mas para noroeste, há uma enseada, conhecida como Prainha, utilizada como fundeadouro para navios de maior calado, e que consta ter sido fortificada, possivelmente com uma trincheira ou espaldão, em meados do século XVII (CASTRO, 2009).

Chegando ao que seria um dos extremos da cidade na ocasião, é oportuno recordar a preocupação com a construção de uma defesa que protegesse os cariocas de ataques vindos do interior do continente. Se, no século anterior, os franceses haviam inicialmente se instalado na Ilha de Serigipe e os portugueses no Morro Cara de Cão, essas escolhas tinham sido ditadas, sobretudo, pela possibilidade da organização de defesa em função dos recursos existentes, que eram escassos.

Se era comum as cidades européias e orientais, além de praças comerciais portuguesas, estarem cercadas por muros, coisa bem diferente acontecia no Brasil, onde as primeiras cidades foram edificadas em regiões com uma topografia movimentada, com pouca disponibilidade de mão-de-obra e materiais construtivos por vezes escassos. Não espanta, portanto, que apenas Salvador, a capital da colônia, tivesse muros construídos quando de sua fundação, e que já no final do século XVI eram ultrapassados pelas novas edificações necessárias para acomodar a crescente população.

No caso do Rio de Janeiro, João Teixeira Albernaz refere apenas a existência de “trincheirões” em alguns pontos da cidade, enquanto CASTRO (2009) refere-se a uma outra planta, de 1631, onde se

descreve uma trincheira de 640 braças (1.400m) nas praias que iam do sopé do Morro do Castelo até o de São Bento, ‘todas fortificadas com trincheiras, parte de taipa de pilão, parte de pedra e cal, em que se podem jogar seis peças de artilharia, os mais que mostra são redutos que escortinam (flanqueiam) a trincheira que toda se pode também guarnecer com artilharia’.

Ela se estendia entre a região do sopé do Morro do Castelo até a já citada Prainha. Fica evidente tanto o caráter precário da construção, como se vislumbram os problemas da interrupção das ligações com partes internas da cidade, como o Campo de Sant’Anna, por exemplo. Não causa surpresa, portanto, que a obra tenha desaparecido sem deixar vestígios.

Com relação à N. Sa. da Guia e Santa Cruz, do outro lado da baía, o *Livro que da razão do Estado do Brazil* afirma que, em 1612, que era “Fortaleza nova, a melhor que há em todo o estado do Brasil, mas mal provida de artilharia”, sendo que apresenta um desenho que parece muito mais uma cidade fortificada medieval do que uma imagem próxima da realidade. De fato, a análise da documentação do período mostra que se empregavam os materiais de forma mesclada, o que comprometia a eficiência na defesa e mesmo sua manutenção. Isso se evidencia nas referências aos reparos dos muros e na construção de plataformas de madeira onde os canhões eram posicionados. Ainda sim, ao longo da primeira metade do século XVII, foi construída a muralha frontal de pedra, com aberturas para que os canhões atirassem através dela, embora em 1663 o governador do Rio desse uma opinião negativa sobre ela, dizendo que “é uma plataforma muito má que não tem muralha à prova (de canhão)” (CASTRO, 2009).

Convém notar que, durante algum tempo, a Bateria de N. Sa. da Guia e o Forte de Santa Cruz coexistiram de maneira independente, já que, embora próximos, suas posições não eram coincidentes, pois enquanto a bateria visava mais a parte de mar aberto, na aproximação da entrada, Santa Cruz, por outro lado, praticamente se debruçava sobre o principal canal de acesso ao interior da baía, podendo, se tivesse as condições defensivas necessárias, funcionar efetivamente como uma fechadura da baía, situação essa que deixou de existir quando o comando das duas posições foi unificado, e a posição passou a ser conhecida como Fortaleza de Santa Cruz.

Mas manter um sistema defensivo dessas dimensões não era fácil, pois há dados que permitem estabelecer que a população da cidade do Rio de Janeiro era estimada em 3.850 pessoas em 1660, das quais 3.000 índios, 750 portugueses e 100 escravos africanos. Some-se a isso que, exausto de recursos, após guerras contra a Espanha, para recobrar sua autonomia, e depois contra a Companhia das Índias Ocidentais, para expulsá-los da África e do Brasil, os cofres de Portugal estavam arruinados, e a Administração Real buscava estabelecer medidas arrecadadoras para equilibrar seu tesouro. A proibição de gastos com defesa exasperara o Governador Pedro de Mello que, em carta ao Rei, datada de 28 de maio de 1664, assim se expressou em determinada altura:

aquy não há dinhr.^o ou fazenda de V. Mg.^{de} de que se possa fazer fortificação nem acodir o Remedear o de q. esta praça necessita: os moradores estão em miserável estado, e não podem chegar ao tributo que se lhe lanção quanto mais contribuhirem de novo p.^a fortificação e p.^a o que he necess.^o p.^a a defença desta praça, que de tudo se acha falta, e exausta, e sem defença (FERREZ, 1972).

Mas o século XVII não terminaria sem trazer um novo susto, que aconteceu em 1695 quando, em plena Guerra da Liga de Augsburg (1688-1697), da qual Portugal não tomava parte, uma frota francesa com sete navios se aproximou da Baía da Guanabara, gerando pânico geral na população, com as mulheres fugindo para o interior com seus pertences, enquanto o governador chamava todos os moradores no raio de 4 léguas para a defesa. O sistema defensivo funcionou, com Santa Cruz e São João cruzando fogos, impediu a entrada dos navios de Luís XIV, chegando a acertar alguns deles nessas advertências (FERREZ, 1972). Mas os “visitantes” só desejavam se abastecer e prosseguir, para alívio geral de todos.

Esse incidente motivou diversas decisões visando aprimorar o sistema defensivo carioca, como a construção do Forte de São Domingos de Gragoatá (uma corruptela de caraguatá, uma bromélia da região, e que aparece grafado das mais diversas formas, tais como Caraitá, Caraguataí, Craguatá e Crovatá, entre outras) em 1696, que deveria

secundar a linha de defesa das fortalezas da barra. Outras ações ocorreram na ilha de Villegaignon, que estava sem uma utilização defensiva desde a destruição do forte de Coligny, e que fora pedida em sesmaria já em 1569 para servir como área de criação, entre outros usos, voltou a ser fortificada em 1699, funcionando sobretudo como uma plataforma que recebeu oito canhões, e em Santa Cruz foi ampliada de modo a operar 38 canhões (CASTRO, 2009).

4. UM AMARGO DESPERTAR – O SÉCULO XVIII

A descoberta de jazidas auríferas na região do atual estado de Minas Gerais no final do século XVII provocou um grande impacto sobre a cidade do Rio de Janeiro, pois, como melhor e mais próximo porto das regiões auríferas, começaram a fluir por ele grandes quantidades de carga e pessoas, todas desejosas de alcançar as terras do novo Eldorado. Muitas foram as consequências, entre as quais se destaca o fluxo de riqueza, que aumentou em muito e fez a cidade florescer, irrigada pelo ouro que passava rumo à Europa. Para que se tenha uma ideia dessa riqueza, chegaram a Lisboa em 1699, 725 quilos de ouro. Em 1701, 1785 e em 1703 quase 4 toneladas e meia de ouro vieram do porto carioca (GODINHO, 1971). Quanto à população do Rio de Janeiro, ela orçava em 1710 a casa de 12.000 habitantes, dos quais 2.770 homens formavam o contingente militar (RIO BRANCO, 1930).

Mas as consequências não foram apenas positivas. Uma tamanha riqueza havia de atrair olhares ávidos de velhos “conhecidos”, os franceses. Estes, que durante o reinado de Luís XIV, conheceram seu apogeu, também suportaram o peso de não poucas guerras, cujas despesas elevadas estavam exaurindo o tesouro de Paris, como a que eclodira em 1702, a Guerra da Sucessão Espanhola, que se estendeu até 1713, envolvendo boa parte da Europa, inclusive Portugal, aliado da Inglaterra e oponente da França. Deste modo, não causa surpresa que duas expedições de corsários do Rei Sol tenham visado às terras cariocas, com resultados bastante antagônicos, e das quais faremos uma breve exposição adiante.

Explica-se assim porque houve uma série de reparos em fortificações no Rio de Janeiro, bem como se estabeleceu uma vigilância constante na Europa, com espiões em portos franceses, informando sobre o aprestamento e partida das frotas corsárias, inclusive com seus destinos.

A primeira das expedições referidas aconteceu em 1710 quando Jean-François Duclerc, que já conquistara elevados lucros para os empresários de La Rochelle, “recebeu o comando de uma frota [composta por seis navios,] organizada pela Companhia de Chatelain-de-Neuville para atacar o Rio de Janeiro” (CASTRO, 2009).

Mas a cidade fora avisada, e o ardil de içar a bandeira inglesa em seus navios falhou, sendo repelida sua entrada na baía pelo fogo eficaz dos canhões da Fortaleza de Santa Cruz. Repelido, ele navegou para o sul e atacou a região da Ilha Grande, bombardeando e saqueando as paragens, mas enfrentando a resistência dos colonos. Finalmente, em 11 de setembro, decidiu desembarcar na região de Pedra de Guaratiba e, atravessando a baixada de Jacarepaguá, indo em direção à Irajá, passando depois por Inhaúma e Engenho Novo, atacou a cidade em 19 de setembro, pela Rua da Ajuda (VARNHAGEM, 1857).

Embora formada por mercenários (pois possuíam o conhecimento militar, mas ali visavam o saque), os homens de Duclerc foram prejudicados pelo fato de serem em sua maioria marinheiros, e, portanto, desacostumados ao esforço de atravessar cerca de 50 km de um território desconhecido, de topografia variada e coberto por matas.

E após essa travessia, ainda tiveram que lutar nas estreitas ruas do Rio de Janeiro, recebendo ataques de todos os lados, inclusive uma “chuva” de tudo o que a população podia jogar pelas janelas contra os invasores, além de uma companhia de estudantes do Colégio de Jesuítas e outras tropas de milícias. Quanto ao Governador Francisco de Castro e Morais, ficou patente sua incapacidade de comando sendo que, de fato, os franceses acabaram derrotados e em grande parte presos (cerca de 600, inclusive Duclerc) pela ação dos comandantes diretos dos corpos.

O regozijo foi geral, mas, na verdade, era um alento antes da tempestade que cairia sobre a cidade, pois a derrota apenas exacerbou ainda mais a cobiça francesa.

Assim, nova expedição foi financiada pelos capitalistas de Saint-Malo, que entravam com os recursos para equipar e tripular os navios fornecidos por Luís XIV. Era uma frota respeitável, com seis navios de linha, sete fragatas, duas corvetas e duas bombardeiras (FRAGOSO, 2004).

De sua parte, Portugal mantinha-se atento, e ao saber do aprestamento da frota francesa, solicitou à Inglaterra que bloqueasse o porto de Brest. Contudo, Duguay Trouin saiu com sua frota para La Rochelle dois dias antes do que a frota inglesa aparecesse diante daquele porto francês (VARNHAGEM, 1857).

Assim, um aviso foi enviado ao Brasil para que se preparasse, sendo que o navio inglês portando as informações da ameaça arribou no Rio de Janeiro em 30 de agosto. Contudo, apesar da clara ameaça e da informação do avistamento de uma frota ao largo de Cabo Frio, o já citado Francisco de Castro e Morais achou que tudo era “rebate falso” e ordenou a desmobilização da maioria das fortalezas e dos navios de guerra portugueses ancorados junto à marina da cidade, destinando sua tripulação para construir trincheiras na cidade, pensando em uma repetição de 1710. Estava montado o cenário para o desastre.

Por volta das 14 horas de 12 de setembro de 1711, quase um ano depois da derrota de Duclerc, Duguay Trouin ordenou, aproveitando a forte cerração então reinante, que sua frota formasse em linha de fila (ou seja, os navios se colocaram sucessivamente um atrás do outro) e investiu a todo o pano a barra da Baía da Guanabara, através do canal de navegação e junto à Fortaleza de Santa Cruz que surpreendida, ainda assim atirou contra os navios franceses,

causando trezentas baixas aos atacantes, mas não conseguindo afundar nenhum navio inimigo, fato muitas vezes ignorado por pesquisadores (VARNHAGEM, 1857).

Os franceses de 1711 aproveitavam uma situação já prevista por dois compatriotas, os engenheiros-militares Lescolle e Quitan, em relatório ao Rei de Portugal em 1649, que afirmavam que se o inimigo tivesse informações sobre as condições ambientais, ele poderia usar a “viração da terra” na madrugada, “E muitas vezes [das] nebrinas que o favorestrarão” (FERREZ, 1972).

De forma diversa ao que apareceu nas ilustrações relativas à ação no Rio de Janeiro, especialmente francesas, em que a esquadra de Duguay Trouin aparece sendo atacada por muitas posições, trata-se, sobretudo, muito mais de um produto de propaganda do que realidade, já que, de fato, poucas fortificações atuaram então contra os invasores, a saber, as fortalezas de Santa Cruz e Ilha das Cobras, os fortes de Villegaignon e do Castelo e as baterias do Morro de São Bento. As outras fortificações ou estavam desguarnecidas ou não podiam atingir o inimigo com o fogo de seus canhões.

Após atravessarem a barra, as naus francesas seguiram em direção à marina da cidade, visando Villegaignon e a Ilha das Cobras, submetendo-as à forte bombardeio, que era respondido pelo, além das fortificações citadas, pelo Forte do Castelo e pela Bateria de São Bento.

A explosão do paiol no Forte de Villegaignon e a violência do fogo naval francês levaram ao abandono dessas duas praças. Em 13 de setembro, enquanto parte dos comandados de Duguay-Trouin seguiu para tomar a Ilha das Cobras, para ali colocar uma bateria para neutralizar o Morro de São Bento e atacar o centro da cidade, outra parte da força seguiu para a Prainha e ali desembarcou tropas e peças de artilharia, tomando o Morro da Conceição, onde o comandante francês instalou seu posto de comando, provavelmente no Palácio Episcopal ali existente, visando as posições dos morros de São Bento e do Castelo e preparando-se para tomar a cidade (VARNHAGEM, 1857, FRAGOSO, 2004).

Do lado luso-brasileiro, a situação era caótica, pois que o Governador Castro Morais estava aterrado com a situação, a ponto de ordenar a suspensão de ações de contra-ataque que seus subordinados organizavam, inclusive chegando ao cúmulo de ordenar o abandono de uma posição retomada do inimigo. Não causa surpresa que os franceses não o tivessem em alta conta. Louis Chancel de Lagrange, um dos oficiais de Duguay-Trouin, assim se expressou sobre o governador: “Foi para nós grande ventura a conquista do Rio de Janeiro [...] devido à pusilanimidade do governador” (CASTRO, 2009).

Isso ficou evidente quando o comandante francês intimou a rendição de Castro Morais, que bravateou, escrevendo que lutaria “até a última gota” de seu sangue, mas que, com um único dia de bombardeio, abandonou a cidade aos invasores que nela entraram no dia 22, iniciando o saque generalizado que, somado aos resgates pagos por particulares e o governador, entre outros, parece ter rendido algo na casa de 30 milhões de cruzados. Os franceses só deixaram a cidade praticamente um mês e meio após sua captura (VARNHAGEM, 1857, FRAGOSO, 2004).

Para que se tenha uma ideia do que isso significou para os investidores de Saint-Malo, basta lembrar que, em suas memórias, o corsário francês escreveu que o lucro dos armadores foi de 92% sobre o capital investido (DUGUAY-TROUIN, 1756).

Como se pode imaginar, o impacto desses eventos foi duradouro. A qualquer momento que uma frota estrangeira cruzasse a barra e ancorasse em frente da cidade, seus habitantes se recordavam de 1711. E por isso, aquelas ações motivaram da parte da coroa portuguesa o envio mais amiúde de engenheiros-militares, para estudarem o sistema defensivo e proporem soluções que tornassem a cidade mais segura contra ameaças externas, que não deixaram de existir. Vamos referir duas delas.

Novamente a França, em busca de manter sua supremacia continental, estava às voltas com a Guerra dos Sete Anos (1756-1763), na qual Portugal era de novo seu inimigo. O Duque de Choiseul, ministro do Rei Luís XV arquitetou um ataque cujo alvo era o Rio de Janeiro, a ser levado a cabo por uma frota de 29 navios, que contavam com 876 canhões, quatro vezes mais do que havia nas fortificações cariocas. Quando faltavam duas semanas para zarpar, em 3 de novembro de 1762, a assinatura das preliminares de paz em Fontainebleau suspendeu a partida e, dias depois, uma ordem régia determinou a desmobilização da esquadra (FERREZ, 1972).

No rastro desse conflito, Espanha e Portugal entraram em guerra na América do Sul, em função de pendências de limites, sendo que em uma primeira fase as tropas oriundas do Vice-Reino da Prata tomaram a atual Região Sul até a altura de Florianópolis, além do que havia ainda a superioridade naval espanhola, e os espiões alertavam o governo de Lisboa sobre uma possível expedição contra a capital do Brasil. Mas a assinatura do Tratado de Santo Ildefonso, em 1777, pôs fim ao conflito.

Voltando ao sistema defensivo carioca, vários planos de defesa foram apresentados por engenheiros-militares tais como João Massé, José da Silva Paes, Jacques Funck, Francisco João Roscio e José Custódio de Sá e Faria. Isto sem falar nos “planos” dos próprios governadores, como os de Castro Morais e do Conde de Resende, passando pelo exame crítico do General João Henrique Böhm. É evidente que esses planos se baseavam nas posições defensivas, e sobre elas continua a nossa atenção, fazendo as correlações pertinentes com os eventos apresentamos anteriormente.

Principiada no século anterior, o Forte da Praia Vermelha se encontrava, em 1702, com “meyo baluarte de Pedra e cal capaz de jogar [receber] nelle 8 – outo – peças de artilheria, e do outro lado outro mey belluarte feito de fachina [madeira], porque neste anno Senão trabalhou, nesta obra dizem q por não hauer cal”. Dois anos depois, a

posição contava com 12 canhões, mas as obras se arrastavam devido à falta de mão-de-obra, já que havia um fluxo de trabalhadores para a região das Minas Gerais, onde teriam melhor remuneração (FERREZ, 1972, CASTRO, 2009).

De qualquer forma, no ataque francês de Duclerc de 1710, a sua simples existência evitou o desembarque naquela região e, quando da ação de Duguay-Trouin, no ano seguinte, não teve qualquer papel por não poder atirar sobre o canal de navegação, investido pela frota francesa. Sua importância foi reconhecida em vários planos de defesa propostos ao longo do período, já que, além de impedir o ataque à Fortaleza de São João pela retaguarda, também guardava o acesso por terra à região da Enseada de Botafogo e daí para a cidade do Rio de Janeiro. Se sua utilidade pode ter sido consensual, o mesmo não se pode dizer de sua construção. Em 1777, assim se expressou o Marquês de Lavradio a respeito

É a coisa mais ridícula que se tem nunca feito: a muralha de toda aquela cortina não parece a do muro de uma quinta mandado fazer por quem tivesse pouco dinheiro: o alicerce tem três palmos [66cm], e do alicerce para cima onde tem maior grossura tem dois palmos e meio [55cm], de sorte que depois dele feito se não mandou terraplanar, porque se viu que o muro não tinha forças com que pudesse sustentar a terra do terrapleno que se lhe havia de fazer, sem lugar para se lhe pôr nenhuma peça nem ao menos o tem para estar a infantaria (CASTRO, 2009).

Posteriormente, esse mesmo muro criticado serviu de base para a instalação de uma praça de armas que viria, nos séculos posteriores, a ser utilizada para a colocação de diversas unidades militares.

A invasão de 1711 evidenciou a urgência de se encarar a questão da construção de uma fortificação permanente na Ilha da Lage, problema que se arrastava desde o século XVI. Deste modo, em 1714, a construção se iniciou, consumindo 22 anos em sua construção (FERREZ, 1972), fruto tanto das mudanças de projeto como das dificuldades específicas dessa obra, que envolvia o transporte marítimo de tudo o que ali seria colocado, da água potável aos canhões.

Não se deve esquecer que era preciso tanto escavar a rocha dura como nela cravar grampos de ferro para servir de base para as muralhas, em um local que não possuía uma única árvore e era varrido constantemente pelas ondas. Podemos ter uma ideia da força dos elementos por esta reminiscência “A situação onde se fez a dita fortaleza é combatida dos mares que a rodeiam e cometem com tal ímpeto que não só batem a muralha, mas por ela acima sobem com tal velocidade que, me asseguram algumas pessoas que se achando peças de artilharia na plataforma, as mesmas ondas do mar as lançaram abaixo para a parte interior da fortaleza” (CASTRO, 2009). Nessas condições, os canhões da Fortaleza da Lage tinham de ser de bronze, para resistir à maresia e, nessas condições ambientais, a manutenção era bem difícil, bem como pode se depreender que servir nela era quase um castigo.

A existência de posição fortificada no Morro ou Outeiro da Glória não é um assunto pacificado, parecendo ser, sobretudo, uma posição de emergência, como um forte de faxina. Fica clara a confusão na documentação francesa relativa a 1711, em que a bateria que ali existiria é dada “como não estando terminada”, enquanto que na planta que ilustra as Memórias de Duguay-Trouin, ela aparece atirando contra os franceses. No final do século XVIII, o Outeiro da Glória aparece como uma das posições que foram artilhadas, dentro do plano de 1794 do Conde de Resende, na verdade algo improvisado, porque os canhões seriam instalados no adro da igreja, algo que logo forçaria o abandono da ideia (CASTRO, 2009).

Durante a primeira invasão francesa, os homens de Duclerc tentaram subir o Morro do Castelo para atacar a posição, sendo repelidos pelos defensores e, mais tarde receberam “tiros de artilharia de bala miúda [metralha] do Forte de São Sebastião” quando lutavam no centro da cidade (FRAGOSO, 2004, CASTRO, 2009).

Quanto ao ataque de 1711, ele aparece na documentação francesa como “Forte Vermelho”, sendo referida a eficácia de sua artilharia contra os invasores, como na ação de 18 de setembro, quando, nas palavras de um oficial francês, “não cessou, um só momento, o forte dos jesuítas [/do Castelo] de atirar, não só sobre nossa gente, mas também sobre o nosso acampamento”, atuando até o momento em que a cidade acabou por se render (CASTRO, 2009).

Posteriormente, no plano do Brigadeiro Massé, o Forte do Castelo seria uma dos baluartes do planejado muro ou muralha que protegeria a cidade de invasões vindas do interior, mas, passado algum tempo, ele começou a deixar de ter importância no planejamento defensivo da cidade e, em 1735, ele era utilizado como paiol de pólvora da cidade, apesar dos riscos de estar praticamente no meio da cidade, e como cadeia para “os presos de maior conta” (CASTRO, 2009).

Outro indicativo da perda de sua importância militar, é que passou a ser comandado por um oficial de milícias, ou seja, que não vencia soldo, embora permanecesse armado. A situação de abandono pode ser aquilatada pelo que escreveu o Marquês do Lavradio em 1777, que

o abandono em que ela estava tinha feito que até os particulares fizessem casas na sua esplanada, e estendessem os seus quintais até as muralhas das fortalezas, fazendo-se tão senhores desse terreno que até passavam essas propriedades de uns a outros; umas vendidas, outra por herança, e reduzia-se a fortaleza a não ter outra coisa que lhe pertencesse, que as muralhas arruinadas, de que a ninguém convinha aproveitar-se” (CASTRO, 2009).

Ou seja, o Forte do Castelo há muito deixara de ser uma peça do sistema defensivo do Rio de Janeiro

De acordo com o Governador Castro Morais, o Forte de São Januário teria sido reedificado, em 1710, no mesmo sítio do que existira antes, usando para armá-lo canhões de navios, e participou das ações contra Duclerc,

quando da tentativa de tomada do Morro do Castelo pelos invasores. Mas no ano seguinte, ele não teve parte ativa. Novamente são os documentos franceses que criaram a confusão, ao reunir em uma única fortificação, além de São Januário, os fortes de São Tiago e de Santa Luzia, em uma ação da qual não poderiam ter participado porque o ataque de Duguay-Trouin ocorrera na marina da cidade, não coberta pelos setores de tiro daquelas fortificações (CASTRO, 2009).

O Brigadeiro Massé incluiu forte em seu plano de defesa, como um baluarte, mas tempos depois, o forte foi considerado desnecessário, já que estava incorporado à muralha projetada, tendo então pouco peso combativo, com armamento que só servia contra tropa a pé. E, assim como o Forte do Castelo, ele também estava sendo comandado por um oficial de milícias, sendo que nos documentos cartográficos da década de 1750 ele não mais constava, sendo a documentação pouco precisa até o relatório de passagem do governo do Marquês do Lavradio, de 1789, onde está o seguinte trecho:

Fortifiquei [...] [o] sítio de São Januário, que fica na altura onde era a Sé Velha, cujo sítio é sumamente vantajoso para defender toda a praia de Nossa Senhora da Ajuda e as estradas que há para esta capital de todas as partes de que quiserem vir a ela, que desembarcam desde a Praia de Botafogo até as daquele sítio”

o que de forma alguma significava ter a importância atribuída, tendo o mesmo destino de seu vizinho.

Situado abaixo de São Januário, o Forte de Santa Luzia era um forte de faxina, como escreveu o Governador Castro Morais em 1710: “No monte da sé se fez o Forte de Santa Luzia, e de São Januário, de terra, reedificando os que já havia, e neles se montou artilharia dos navios por não haver de V. Majestade”, sendo que essa posição não participou dos combates daquele ano por ser posicionada visando o mar (FERREZ, 1972).

Lagrange, membro da frota de Duguay-Trouin, escreveu que ela era uma “bateria baixa, à flor d’água, de seis peças”, enquanto que no já citado mapa das Memórias, a fortificação aparece disparando contra os franceses, algo pouco crível pela posição dela. Foi considerada ineficaz para a defesa da cidade, em 1718, sendo utilizada para outros fins, tais como fábrica de munições, tal como sugere CASTRO (2009).

Novamente armada em 1699, a Ilha de Villegaignon teve sua bateria ampliada em 1702, para receber 16 canhões, além serem construídos um armazém e quartel, sendo que o Governador Francisco de Castro Morais, em correspondência para a Metrópole, datada de 20 de agosto do mesmo ano, dizia que “não tem o Rio de Janeyro hoje fortaleza mais capaz, nem mais importante p.^a a defesa da entrada da barra” (FERREZ, 1972).

Mas essa opinião tinha pouco valor. Embora pudesse ver a entrada da baía, não havia, na época, canhões que cobrissem os quase três quilômetros e meio que separam os dois pontos, além dos dois morros de rocha ainda existirem nas extremidades da ilha. Pelo relatório de Massé, de 1714 (FERREZ, 1972), fica evidente que a posição possuía, se muito, um muro baixo, que não poderia proteger suas guarnições e instalações do fogo de navios atacantes.

Como bem aponta CASTRO (2009), na “invasão de Duclerc, o forte nada pôde fazer, pois a elevação existente impedia a visão da cidade, onde ocorreram os combates”. E, em 1711, os navios de Duguay-Trouin, já dentro da baía, investiram o canal próximo à cidade, setor que era batido pelo fogo dos canhões da ilha. “Naquele momento, Villegaignon poderia ter exercido maior influência na batalha, não fosse a explosão do paiol situado na área plana da ilha, que acabara de receber munição extra. O desastre influenciaria o desfecho dos combates.” Muita tinta se tem gasto sobre esse fato, existindo ideias de conspiração, sabotagem, etc. Embora as causas da explosão do paiol não sejam conhecidas, posto que não investigadas devido à situação caótica reinante então, pode-se apontar como causas prováveis do acidente o manuseio pouco adequado da munição por pessoal não perito e, sobretudo, um impacto direto recebido dos canhões da frota francesa, pois o paiol não era “à prova de bomba”, além de não haver, como vimos, muros de proteção ao redor.

Mas a explosão do paiol, para além da perda de mais de 30 combatentes luso-brasileiros, teve um impacto psicológico muito grande em todos os componentes da defesa, na medida em que anulava a principal posição defensiva existente no interior da baía, desalentando os combatentes e levando-os a desertarem de seus postos.

Se havia dúvidas sobre a importância dessa posição elas desapareceram após a passagem dos franceses. Mas ainda sim as obras foram modestas e, em 1730, uma planta mostra que ela era só uma bateria que, cinco anos depois, contava com “dez canhões de 18, quatro de 24 e dois de 36 libras, armamento bem poderoso para a época, capaz de causar sérios danos a um navio que o enfrentasse” (CASTRO, 2009).

Quase no fim da administração do Conde de Bobadela foi tomada a decisão de se construir um novo forte na ilha, com o nome de São Francisco Xavier. Para tanto, em carta ao Rei de 20 de fevereiro de 1761, comunicava que “para ocupar o número crescente de galés [que, segundo SOUZA (1885), eram quilombolas, em número de 50, remetidos de Goiás], pusera-os a demolir o morro de pedra existente na ponta norte da ilha de Villegaignon”, que era o Morro das Palmeiras. Mas o trabalho não era fácil, pois, em 1768, o Conde de Azambuja escreveu que “sem embargo do muito que o desbastou [o referido morro] o conde de Bobadella, lhe diminuiu o conde da Cunha quarenta palmos, e ainda há muito que fazer nele primeiro que todo se arrase” (FERREZ, 1972).

Na mesma época, o engenheiro-militar Miguel Ângelo Blasco lembrava que o outro morro da ilha, o de Nossa Senhora da Glória, ainda prejudicava a defesa, pois daí se poderia dominar a nova fortificação que se planejava. Segundo CASTRO (2009), o Marquês do Lavradio continuou o desmonte iniciado pelo Conde de Bobadela, mas com o emprego dos sapadores mineiros do Regimento de Artilharia do Rio de Janeiro, sob o comando do Brigadeiro Jacques

Funck que, usando explosivos, teriam desmontado mais rapidamente os dois morros permitindo, em 1775, a conclusão do circuito das muralhas, transformando a antiga bateria em uma fortificação eficiente, recebendo então o nome de forte, mas que em 1794, teria sido considerado “inútil”.

A Ilha das Cobras, localizada próximo ao Morro de São Bento e de tendo domínio tanto sobre o canal que demandava para a Prainha como sobre o centro da cidade, foi reocupada no final do século XVII, com a restauração do Forte de Santa Margarida, na parte mais alta, que era de faxina e, em 1704, foi erigido um novo forte, o de Santo Antônio, este de pedra e cal, na ponta leste, na base da elevação, para visar a marina da cidade. Foi desse ponto que as forças de Duclerc foram bombardeadas em 1710, quando estavam no centro da cidade, época também em que a ilha passou a ser considerada como uma fortaleza (CASTRO, 2009).

No ataque de Duguay-Trouin, como vimos, a ilha foi ocupada por uma bateria francesa, com 22 canhões de grosso calibre, a qual foi apoiada ainda pelo navio de linha *Le Mars*, ancorado junto à ela que, com um dos seus bordos armados de 25 canhões, constituiu-se em uma bateria flutuante, atirando tanto contra o Morro de São Bento como o Morro do Castelo, além do centro da cidade, causando não poucos estragos (CASTRO, 2009).

A respeito, o já citado Lagrange escreveu que “Não tencionávamos arrasar ou incendiar o Rio de Janeiro, porquanto ardentemente, desejando nos apossar de suas riquezas, porfiávamos, unicamente, em pôr as fortificações da cidade locais em estado de não nos poderem prejudicar, vale dizer, as destruir por completo”, e que “Tudo [foi] obtido graças ao alto poder ofensivo de nossa artilharia, destacadamente a instalada na Ilha das Cobras, posto do mais alto valor estratégico” (CASTRO, 2009).

A guarnição luso-brasileira da ilha foi acusada de covardia por alguns oficiais franceses, como Du Plessis-Pariseau, por ter abandonado as posições, opinião endossada por outros, como CASTRO (2009). Ocorre que uma leitura mais atenta do que escreveu o citado francês pode indicar algo diferente, pois ao rememorar o desembarque na Ilha das Cobras, relatou que ele foi feito

em uma enseada aberta para o nosso lado, e que teria sido muito fácil de defender, se os portugueses tivessem querido opor-se ao desembarque; [...] porém não encontrou viva alma, nem tão pouco no alto da ilha, em um pequeno forte ainda não concluído, onde havia cinco canhões que foram encontrados encravados, alguma munição de guerra e ferramenta para trabalhar a terra que estava revolvida de fresco (CASTRO, 2009).

Ora, ele omitiu aqui o fato da presença dos navios franceses que apoiavam a ação, tal como o *Le Mars* e seus 25 canhões de bordada, sendo que o poder de fogo desse único navio era cinco vezes maior do que dispunham os defensores, sem contar que o forte “ainda não estava concluído” e era de faxina, pois se trata do Forte de Santa Margarida. Portanto, parece que a acusação de covardia feita pelos franceses contra os luso-brasileiros, neste caso, não é procedente.

Após esses eventos, a importância da Ilha das Cobras ficou mais do que evidenciada. No plano de defesa elaborado em 1714 pelo Brigadeiro João Massé, ela receberia uma fortificação que ocuparia todo o seu topo. O problema é que o projeto não seria barato, pois além da topografia da ilha ser irregular, ela possuía muitos blocos de rocha aflorantes (algo que não se percebe hoje, coberta como está por construções), o que dificultava e encareceria, em muito, as obras, além das disputas entre a coroa e os beneditinos, que reivindicavam a posse da ilha (FERREZ, 1972, CASTRO, 2009).

O governador da época, Francisco de Távora, para viabilizar a obra, buscou seduzir um dos ricos cariocas, Francisco do Amaral Gurgel, para que ele custeasse a obra, em troca de benesses e títulos honoríficos. Mas as exigências de Gurgel foram de tal ordem que suas solicitações foram consideradas “imódicas” e recusadas (CASTRO, 2009).

Assim, poucas mudanças ocorreram, como o aumento no número de canhões, além da construção de uma trincheira em volta da ilha (sabendo-se lá como era ou fora feita, já que sabemos da quantidade de rochas que havia). Tanto é que, em 1725, o Forte de Santa Margarida ainda era de faxina (CASTRO, 2009).

Apesar da sua importância da, a ilha era utilizada, a despeito de sua topografia irregular, como local de cultivo e de criação de gado, e que interferiam nos trabalhos de defesa, o que levou o Governador Luís Vahia a proibir tais atividades na ilha em 1727, mas, até que o Brigadeiro Silva Paes a escolhesse como peça principal de seu plano de defesa dentro da baía, em 1735, pouco foi feito. Três anos depois, e devidamente fortificada, 1738, a Ilha das Cobras chegou a possuir 71 canhões, mais do que a Fortaleza de Santa Cruz, compondo-se então de três fortes, a saber, do Pau da Bandeira, recém construído, o de Santo Antônio, junto ao mar, e o principal, o antigo Santa Margarida, que foi rebatizado como São José, nome que acabou ficando para todo o conjunto (CASTRO, 2009).

No princípio do século XVIII, as baterias no Morro de São Bento foram reativadas, sendo uma na base da elevação, e outras à meia encosta e no topo, muito embora fossem quase todas elas feitas de faxina. Em 1710 a bateria da base do morro atuou contra Duclerc e, no ano seguinte, o principal papel caberia às baterias de meia encosta e do topo, que atacando os navios inimigos e os franceses que haviam desembarcado na fronteira Ilha das Cobras e na Prainha. Mas o poder de fogo inimigo era muito superior e as posições foram abandonadas. Após os eventos de 1711, as posições parecem ter ficado abandonadas por um longo período, só recebendo atenção efetiva novamente na época do Marquês de Resende, quando consta terem sido reparadas em 1797 (FRAGOSO, 2004, CASTRO, 2009).

A Fortaleza da Conceição foi um fruto direto da invasão de Duguay-Trouin, que evidenciara as qualidades defensivas do morro de mesmo nome ao ali instalar uma bateria que dominara a cidade durante seu ataque.

Parte fundamental do projeto do Brigadeiro João Massé, as obras se iniciaram em 1714 e já no ano seguinte a fortaleza estava pronta e, 1718, ela contava com “36 peças de ferro e mais de 1.000 balas de diferentes calibres”, sendo superada em poder de fogo apenas por Santa Cruz e São João (MENEZES, 1892, CORREA-MARTINS, 1996).

Ocorre que a fortaleza fora construída junto ao Palácio Episcopal, e o bispo, D. Francisco de São Jerônimo reclamou com a Metrópole dos tiros dados por ela, pois que, além de abalar as paredes do seu palácio, interferia nas atividades espirituais do Palácio, bem como, perturbavam as atividades espirituais, pedindo, como indenização, uma lâmpada de prata para a capela do Palácio, no valor de 130\$000 cruzados. Seu pleito teve resultado e, além de receber a dita lâmpada, “que, na ocasião das salvas, os canhões da Fortaleza vizinha não dessem tiros, para evitar o prejuízo que podiam ter as casas de vivenda dos bispos” (CORREA-MARTINS, 1996).

Em consequência, a Fortaleza da Conceição praticamente deixou de ser uma posição defensiva e, sendo que em 1765 nela foi construída uma Casa de Armas, que receberia e guardaria o armamento da capitania, além de servir, esporadicamente, de prisão, inclusive de inconfidentes (CORREA-MARTINS, 1996, CASTRO, 2009).

Foi pela Prainha, local para navios de maior calado, que as forças de Duguay-Trouin invadiram a cidade. Por isso o Brigadeiro Massé previu sua ocupação com uma bateria que se ligaria com as posições nos morros da Conceição e de São Bento (FERREZ, 1972). A fortificação foi construída mas a documentação indica que ela não tinha uma guarnição efetiva, sendo ocupada apenas em caso de emergência e, embora por vezes apareça em algumas plantas posteriores, parece que ela já estava em ruínas no final do século XVIII.

Mas talvez a consequência mais impactante da segunda invasão francesa foi a elaboração do projeto, pelo Brigadeiro Massé, da construção do

Muro da Cidade [que] deuse-se por na altura de vinte e quatro palmos [5,3m] da sapato ao Cordão, que he bastante contra empresas de escalladas, e fazer-se hum parafeito em cima[,] alto de sete çalmos (sic) [1,54m] e grosso de tres [0,66m], obseruando que o espaço desde a Igreja do Parto aonde se ata com o Monte de S. Sebastião athe o sitio da donde vay fechar ao mar, deue ser tudo innaccessiuel (FERREZ, 1972)

que se estenderia do Morro do Castelo ao Morro da Conceição, apoiando-se então em duas fortalezas, sendo que teria uma única entrada, no alto do primeiro morro citado (imagine-se ter subir para entrar e sair da cidade ...).

Por caro e grandioso que fosse, a obra se iniciou e em 1718

O muro do recinto da cidade, que corre d’esta fortaleza [da Conceição] á de São-Sebastião [do Castelo], se acha em todo este comprimento da ultima de 8 palmos, e em algumas poucas partes de 10, tem-se observado na sua largura os 14 que lhe desenhou o brigadeiro Monte (sic), e tam bem na distancia dos contrafortes de 25 palmos de uns a outros (MENEZES, 1892).

Analisando o projeto e considerando que os dados de 1718 são fidedignos, CASTRO (2009) considerou que o muro “não se destinava a receber canhões, pois a largura de três metros é insuficiente para o emprego de peças de médio calibre”, e que, em função da altura prevista de 5,3 metros até o cordão, quando o ideal seria acima de 7,0 metros, é de se supor que “Massé tenha idealizado os muros da cidade como uma defesa mais ‘econômica’, visando mais ao emprego de infantaria” do que da artilharia, e que era uma proposta “longe do ideal, mas realista, considerando o estado das finanças do Rio de Janeiro”.

Mas a obra de modo algum era um consenso. De fato, recebeu muitas críticas, como do Governador Luís Vahia Monteiro, em 1726, que opinava não valia a pena gastar dinheiro com o muro, sugerindo que em seu lugar fosse construído um fosso aquático, transformando a cidade praticamente em uma ilha, semelhante ao que projetara Massé em Salvador, o dique do Tororó (CASTRO, 2009).

Assim, a obra resistiu pouco mais, nunca tendo sido concluída e já nos anos 1740 ela fora engolfada pelo crescimento da cidade rumo ao interior, sendo seus materiais construtivos foram devidamente “reaproveitados” pela população, tendo desaparecido antes do final do século.

Como vimos anteriormente, do outro lado da baía, o Forte de São Domingos de Gragoatá fora construído quase ao final do século XVII e, quando a necessidade para mostrar sua utilidade apareceu, durante o ataque corsário de Duguay-Trouin, ele não participou dos combates. O motivo, como reconheceria o Brigadeiro Massé em 1714, é que “as baterias [do Gragoatá,] por serem situadas a grande distancia do Canal e da banda além do rio (sic) não parecem ter utilidade que corresponda ao emprego [previsto]”, sendo de opinião que ela devia ser deixada de lado (FERREZ, 1972). Por isso, ela permaneceu armada até a década de 1730, quando teve seu armamento reduzido, só voltando a receber maior atenção no último quartel do século XVIII (CASTRO, 2009).

O Forte de Nossa Senhora da Boa Viagem teve suas obras iniciadas em 1702, e sua função prevista era de impedir a livre navegação do canal da baía, além de obstar o desembarque de forças que visassem atacar Santa Cruz por terra, sendo instalado na ilha de mesmo nome, abaixo da igreja ali existente, estando artilhado em 1705.

Mas enquanto alguns louvavam sua posição, outros a consideravam ineficaz devido a distância até Villegaignon, cerca de 2.800 metros, com quem devia cruzar fogos, o que foi comprovado quando do ataque de 1711, quando não pode deter o invasor. Por isso, a posição deixou de ser considerada importante e no final do século estava bem deteriorada (CASTRO, 2009).

Como uma proteção à retaguarda da Fortaleza de Santa Cruz, o chamado Reduto do Pico ou Fortaleza de São Luís foi construído a partir de um projeto, bastante modificado, do Brigadeiro Jacques Funck, no governo do Marquês do Lavradio nos anos 1770, sendo uma obra, sobretudo, de difícil execução em função de sua posição, localizada cerca de 150 metros acima da fortaleza que protegia. Embora armada em 1777, o fogo de seus canhões era totalmente inútil contra qualquer navio que forçasse a barra, já que não podia atingi-los por não ter reparos adequados.

Pensado como um espelho em relação à fortificação da Praia Vermelha: em 1699, o Forte de Santo Antônio da Praia de Fora foi construído com taipa, “com um meio baluarte em um flanco e baluarte no centro”, ficando pronto por volta de 1701, mas sendo guarnecido por membros da milícia, o que não garantia um serviço constante, já que as pessoas tinham seus próprios afazeres. Em 1704, o Governador D. Álvaro de Albuquerque chamava a atenção para o fato dela continuar sem casa de pólvora e quartel. Mesmo após as invasões francesas, foi avaliado como de pouco importância até quando, frente a possibilidade dos espanhóis atacarem, o Marquês do Lavradio decidiu construir, por volta de 1776, um forte no local, que permaneceu armado até o fim do século (CASTRO, 2009).

As construções defensivas fora da Baía da Guanabara são bem menos numerosas e surgem praticamente todas nos 1700.

É o caso da Bateria de São Clemente ou Forte da Piaçava, que se situava na antiga beira da lagoa, hoje muito aterrada, no sopé do Morro da Piaçava, nas proximidades da Lagoa Rodrigo de Freitas – daí ser conhecido também como Forte da Piaçava, sendo um forte de terra e faxina; do Forte da Vigia, que muito provavelmente foi apenas um posto de observação, que ficava acima da Praia Vermelha, não recebendo efetivamente qualquer tipo de armamento; da Bateria do Leme, construída durante o governo do Marquês do Lavradio, no alto do desfiladeiro que dá passagem de Copacabana para o interior da baía, em Botafogo, e que visava a proteção do Forte da Praia Vermelha, edificada em função das ameaças vindas da região do Prata (CASTRO, 2009).

4.1 Uma cidade bem protegida (?): o “plano de defesa” do Conde de Resende

Foi durante a administração de D. José Luís de Castro, o 2º Conde de Resende, que o Rio de Janeiro atingiu, teoricamente, o maior número de posições fortificadas. Isto a despeito das ideias iniciais do governador, que considerava elevados os gastos com a defesa e que, para economizar, ordenara deixar sem efetivos a Praia Vermelha, a Laje, Villegaignon, São Clemente e Leme em 1791.

Mas, passados alguns anos, sua opinião mudou, talvez influenciada pelos ventos revolucionários que varriam a Europa e já ecoavam no Brasil, com a Inconfidência Mineira, determinando que fosse confeccionada em 1794 uma *Collecção de Planos feitos por Ordem do Conde de Resende Vice Rey do Estado do Brazil: Em que se-mostrão as Baterias que novamente se-erigirão para à defença da Cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro; assim como os concertos, e accessimos que se-fizerão nas principaes Fortalezas, precedidos de dous Planos da Bahía do Rio de Janeiro, que dão Idea da entrada do Porto, e das differentes ancoragens acompanhados de suas inscriçõens, e Mappas das Peças de Artilheria*, desenhados por Jozé Correa Rangel de Bulhoens, ajudante de Infantaria com exercício de engenheiro. Esse conjunto de planos, que pertencia ao Arquivo Militar, localizado no Rio de Janeiro, e quando da transferência do antigo Ministério da Guerra para Brasília, na década de 1960, acabou sendo para lá levado e depositado no Centro de Documentação do Exército, que foi desativado em 2012, o que resultou na remessa do acervo cartográfico para o Arquivo Histórico do Exército (AHEx), onde a “Collecção” está atualmente sob guarda da Seção de Acervos Cartográficos da Divisão de Acervo Institucional.

Como expresso no título, esse conjunto documental consta de onze planos ou mapas topográficos, acompanhados de notações e distribuições das peças que abrangem a entrada da Baía da Guanabara até a região de São Cristovão, do lado ocidental, e Gragoatá, do outro lado da baía, mostrando setores com suas posições fortificadas e seus setores de tiro, bem como algumas das fortificações em detalhe, conjunto do qual apresentaremos, ao que sabemos pela primeira vez, imagens de alguns desses importantes documentos cartográficos, que mostram o “estado da arte” da defesa da cidade justamente no final do período por nós examinado neste trabalho. Além disso, traz um “Mapa Hydrografico do Porto do Rio de Janeiro”, que mostra toda a Baía da Guanabara e porções

Afora as fortificações principais, nele encontramos uma série de fortificações efêmeras, que já no início do século XIX haviam desaparecido, muitas sem deixar vestígio, tais como as baterias de Santa Luzia, situada em frente à igreja com esse nome, de Santo Inácio, no adro da igreja dos jesuítas, no Morro do Castelo, do terreiro do Moura, do Novo Cais, do Arsenal, construída na proximidade do local do antigo Forte de São Bento, da Praia da Ajuda, ao lado do Passeio Público, da Boa Vista, localizada no atual Morro Nova Cintra, do trapiche da Alfândega, do Valonguinho, nas proximidades de onde hoje se localiza o Hospital dos Servidores (e que explicaria os canhões desenterrados durante as obras de recuperação do cais do Valongo), da Ponta da Saúde ou da Gamboa. E outras ainda que sequer saíram do papel, como as baterias dos Trapiches de São Francisco e de Antônio Leite.

Na Fig. 2 podemos ver o plano de defesa da Baía da Guanabara, com os setores de tiro das principais fortificações, bem como das posições secundárias que o Vice Rei achava por bem ocupar. Este plano mostra ainda, a partir dos canais de navegação então existentes, quais as rotas que as esquadras inimigas poderiam seguir dentro da baía, mostrando quais eram os pontos artilhados que poderiam alvejá-las.



Fig. 2 - Plano de Hua Parte da Bahia do Rio de Janeiro, que comprehende á Cidade de Sam SEBASTIAÕ, todas as Fortalezas, e Baterias, que defendem à sua entrada, e circuito da Cidade, feito por Ordem do CONDE DE REZENDE, Vice Rey do Estado do Brazil, N° 1, 1794, Petipé de 1000 braças, nanquim e tinta colorida, papel canson, 39,5 x 71,7 cm. Fonte: AHEx.

Na Fig.3, podemos apreciar no Plano N° 3, a marina da cidade e a “ideia” de dificultar ao máximo qualquer aproximação não autorizada. Além das pequenas posições visíveis junto ao espelho d’água da baía, ressaltam a imagem da Fortaleza de São José, na Ilha das Cobras e as baterias no Morro de São Bento, que vemos no detalhe na Fig.4, rotacionada em 90° à direita.

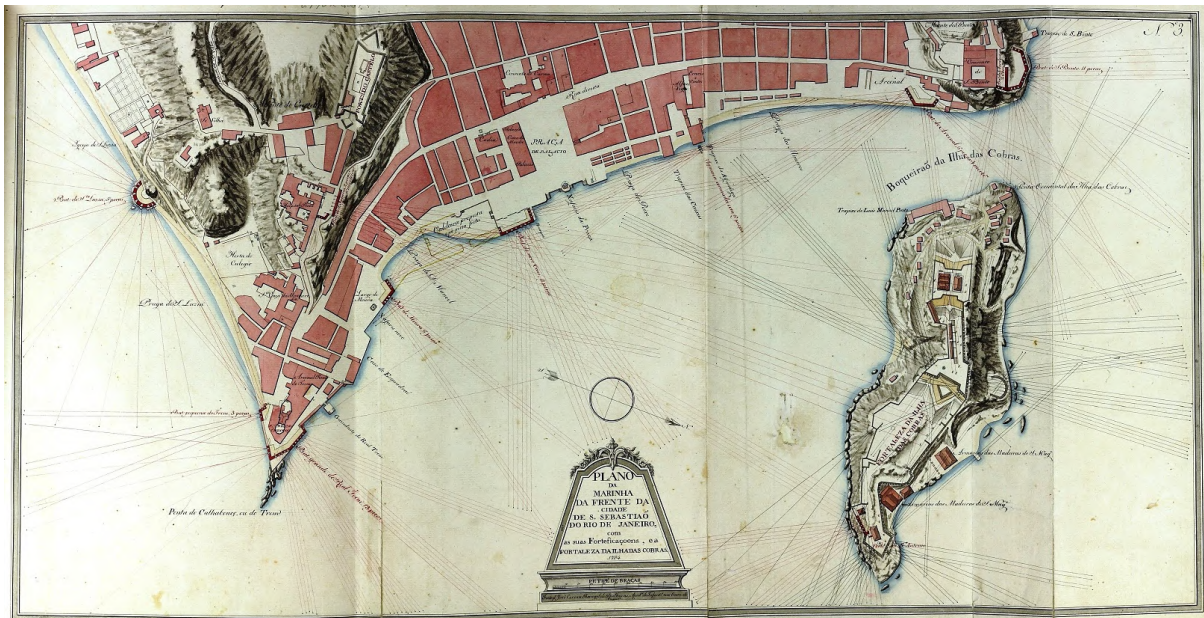


Fig. 3 - Plano da Marinha da frente da cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro com as suas Fortificações, e a Fortaleza da Ilha das Cobras, N° 3, 1794, Petipé de 100 braças, nanquim e tinta colorida, papel canson, 38,7 x 77 cm. Fonte: AHEx.

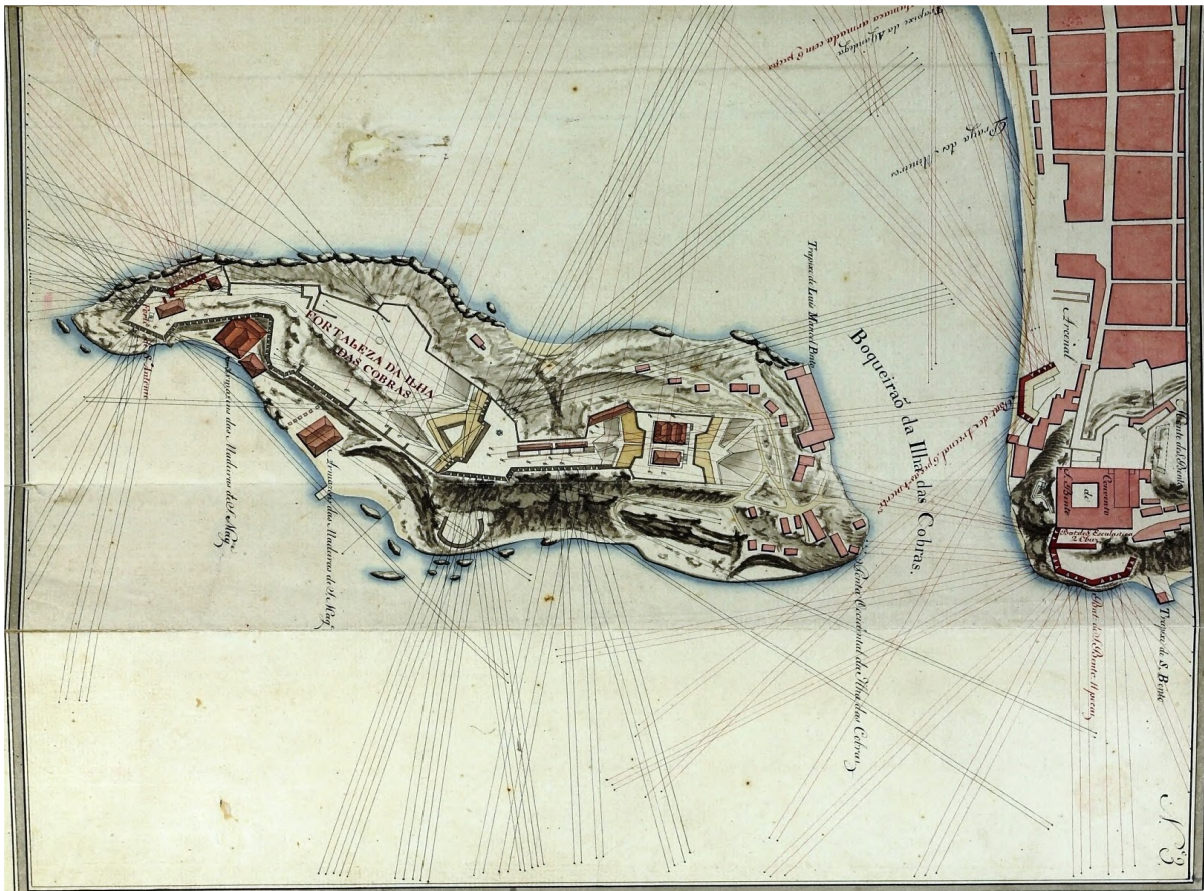


Fig. 4 – Detalhe do Plano N° 3, rotacionado 90° graus à direita, onde vemos as diversas baterias que compunham a Fortaleza da Ilha das Cobras, com os seus setores de tiro, cruzando fogos com outros pontos. À direita e abaixo, as baterias no Morro de São Bento. Fonte: AHEx.

Na Fig. 5, que mostra o Plano N° 4, temos a visão do setor que representado pelo Morro de São Bento, à esquerda, até o Saco do Alferes, à direita, onde a principal posição é representada pela Fortaleza da Conceição (Fig. 6). Ocorre que, desde a questão com o bispo, já referida anteriormente, a fortaleza praticamente deixara de desempenhar um papel de relevo da defesa da cidade, não tendo um comandante militar. Na década de 1760 ali fora construído uma Casa de Armas, destinada ao depósito de material bélico da capitania. Além disso, era usada como prisão, ficando ali confinados, entre outros, três participantes da Inconfidência Mineira, em 1791 e, em 1794, alguns integrantes da Sociedade Literária do Rio de Janeiro, alvo de devassa pelo Conde de Resende (CORREA-MARTINS, 1996).



Fig. 5 - Plano da Marinha do Norte da Cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro com as suas Fortificações, N° 4, 1794, Petipé de 100 braças, nanquim e tinta colorida, papel canson, 37,8 x 111,4 cm. Fonte: AHEx.

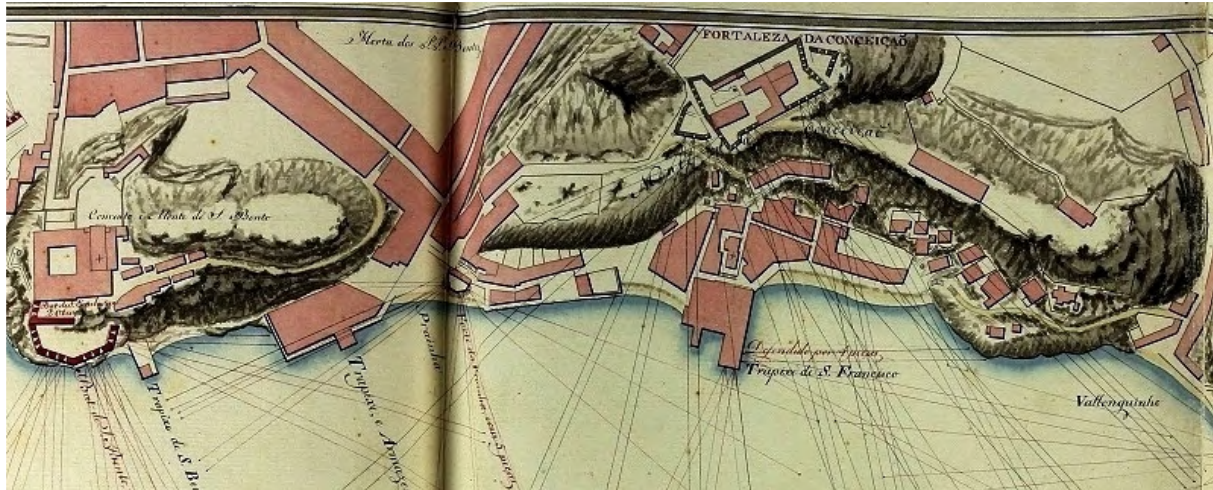


Fig. 6 – Detalhe do plano N° 4, mostrando os hipotéticos setores de tiro cobertos a partir da Fortaleza da Conceição que, na época, funcionava como depósito de armas e prisão. Fonte: AHEx.

Embora reticente a princípio, é certo que o Conde de Resende empregou recursos na melhoria das defesas do Rio de Janeiro. Vejamos dois exemplos.

Consoante com a ideia de que era importante dissuadir o inimigo da agressão, a maior potência de fogo se encontrava colocada nas duas fortalezas da entrada da baía da Guanabara, em São João e em Santa Cruz. Esta última recebeu uma série de obras, visando melhorar as plataformas de tiro, com demolição e construção de novas canhoneiras, além do reparo dos quartéis que estavam “bastantemente arruinados”, tendo aumento o seu número poder de fogo para 65 canhões (Fig. 7).

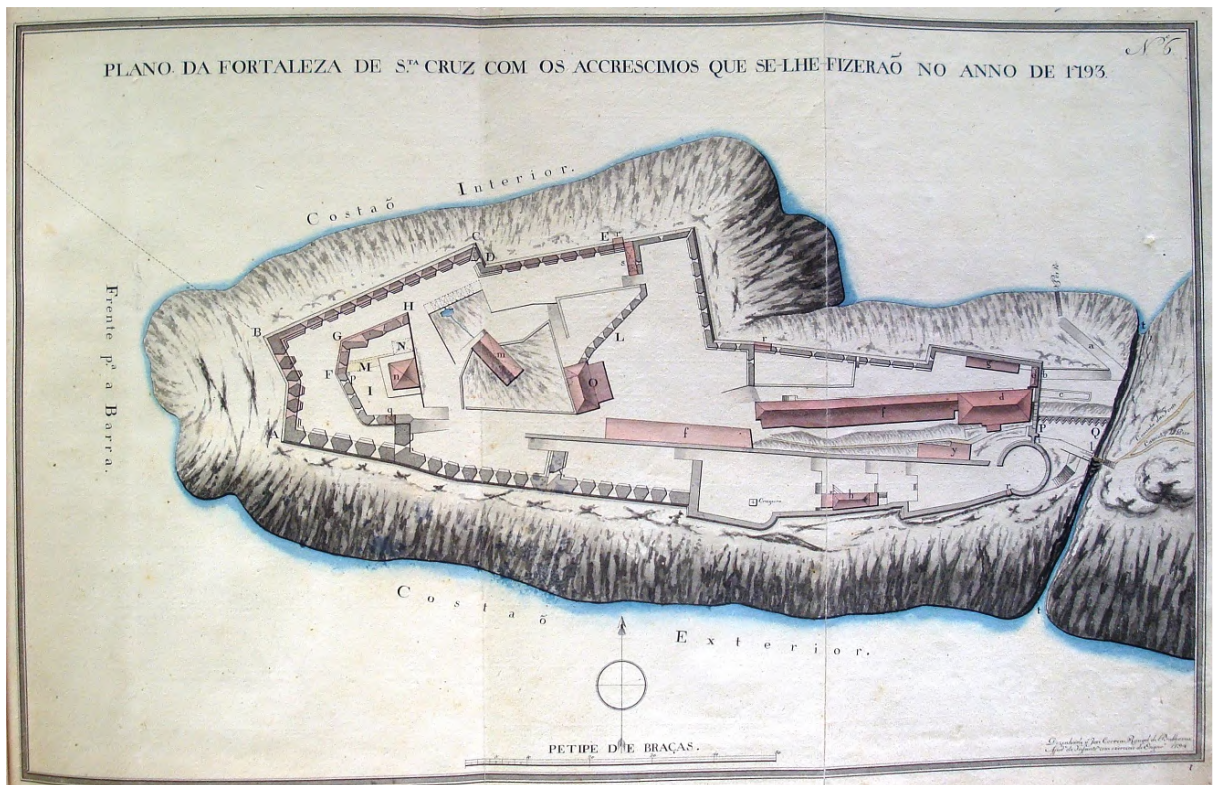


Fig. 7 - Plano da Fortaleza de S.ª Cruz com os accrescimos que se-lhe fizeraõ no anno de 1793, N° 5, [1794], Petipé de 50 braças, nanquim e tinta colorida, papel canson, 38,1 x 60,4 cm. Fonte: AHEx.

Outra posição objeto de preocupação do Conde de Resende foi a Fortaleza de Vilgaignon (ou Vilgalhon, como aparece no plano em análise). Aqui, segundo nos relata Rangel de Bulhoens, parapeitos, canhoneiras, quartéis, casa de pólvora e uma “Cava deposta para se fazer huma Cisterna” foram obras ordenadas pelo Vice Rei, que elevou o poder de fogo da praça, de 10 para 20 bocas de fogo.

Mas o plano da fortaleza, levantado entre 13 e 14 de agosto de 1794 pelo próprio Rangel de Bulhoens, nos mostra algo que parece contradizer CASTRO (2009), pois é evidente que a informação sobre o circuito de muralhas, concluído em 1775, como já referido antes, só se pode aplicar à extremidade nordeste da ilha (onde ficava anteriormente o Morro das Palmeiras), sendo que na parte central havia apenas uma cortina para o lado da baía, enquanto a extremidade sudoeste, onde ficava o Morro de Nossa Senhora da Glória parece que ainda não se encontrava totalmente arrasado, porque não apresenta qualquer representação de ocupação, o que significa dizer que a ilha estava ainda longe de se achar inteiramente amuralhada (Fig. 8).



Fig. 8 - Plano da Fortaleza do Vilgalhon com os accessimos que se-lhe fizerao, N° 11, [1794], Petipé de 50 braças, nanquim e tinta colorida, papel canson, 38,1 x 79,2 cm. Fonte: AHEx.

Há muitas informações de cunho militar na coleção ora apresentada, mas gostaríamos de, mesmo que rapidamente, apresentar algumas informações que reputamos como importantes, para esclarecer alguns pontos e servir de base para futuras pesquisas.

No final dessa coleção de planos, datada de 3 de novembro de 1794, Jozé Correa Rangel de Bulhoens esclareceu que

“O Plano N°1 [Plano de Hua Parte da Bahia do Rio de Janeiro] foi ellevado pelo Marechal de Campo Jaques Funck, e só tem de mais as linhas das derrotas, das direçoens dos fogos e a porção da Cidade, que tem crescido desde o anno de 1768 athé o presente.

O Plano N°2, [Plano Hydrografico do Porto do Rio de Janeiro] foi ellevado pelo Marechal [Miguel Angelo] Blasco.

O (sic) Plano (sic) N° 3, 4, e 5 [marinhas do Sul, da Frente e do Norte da cidade do Rio de Janeiro] forão ellevados pelo Ajudante Joze Correa Rangel de Bulhoens no anno de 1791, quando por ordem do Conde de Rezende Vice Rei deste Estado, se ellevou o Plano da Cidade.

O (sic) Plano (sic) N° 6, 7, e 8 [fortalezas de Santa Cruz, Lage e São João]forão ellevados por ordem do sobre dito Conde Vice Rei pelos Partidistas de Fortificação Antonio Lopes de Barros e Aureliano de Souza e Oliveira.

O (sic) Plano (sic) N°9 e 10, [fortaleza da Praia Vermelha e Bateria do Caraitá (Gragoatá)] forão ellevados pelo Marechal Funck.

O Plano N° 11 [Fortaleza de Vilgalhon (sic)] foi ellevado pelo Ajudante Joze Correa Rangel de Bulhoens no dia, e 14 de Agosto de 1794.” (Grifos nossos)

Assim vemos umas das práticas da cartografia, que é a da utilização de documentos previamente preparados, e que são atualizados, mas que, em muitas vezes, tais procedimentos não são registrados, parecendo então que se trata de um produto original, no qual o(s) autor(es) utilizaram dados inéditos.

Um exemplo disto, em nossa opinião, é que o levantamento da cidade, feito por Rangel de Bulhoens em 1791, e apresentado parcialmente nos planos n° 3,4 e 5, foi a origem do “Plano da Cidade do Rio de Janeiro Elevado em 1791.

Oferecido ao Ill.^{mo} Senhor Concelheiro Luis Beltraõ de Goveia de Almeida, Chanceller da Rellação desta Cidade”, “Totalmente copiado por Francisco Antonio da Silva Betancurt, Capitaõ do 1.º Reg.^{to} de Infantaria de Linha da Guarnição desta Cid.^e em 1803.”, pertencente ao acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, e disponível em http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart168854.htm.

E, no aspecto urbanístico, o estudo do Plano Nº 1 pode fornecer interessantes dados sobre a expansão da cidade carioca no prazo de quase 30 anos no século XVIII, antes das grandes transformações sofridas pela chegada da Família Real em 1808.

5. CONCLUSÕES

Durante o período colonial, as terras da colônia lusitana na América foram alvo de várias agressões que, com o passar do tempo, de simples operações de contrabando e pirataria, passaram para casos de ocupação de porções do território brasileiro com o fito de esbulhar a posse portuguesa.

Para evitar a perda da terra, os portugueses delegavam aos colonos a primeira defesa, intervindo muitas vezes quando já era tarde. No caso do Rio de Janeiro, embora se soubesse da presença francesa desde 1503, somente após a instalação nas águas da Baía da Guanabara de uma fortificação estrangeira e passados cinco anos, é que se tomaram medidas para a expulsão do mesmo, que teve de ser apoiada por colonos de outras regiões, além de índios devidamente catequizados.

De fato, a “privatização do sistema defensivo” foi praticamente um mote em todo o período colonial, tendo em que para a Metrópole só interessava os benefícios que poderia aurrir da colônia, com o menor custo possível. Desse modo, os administradores reinóis lançavam contribuições para custear a máquina que, além de ter uma estrutura gigantesca, era permissiva a desvios. Em um cenário como esse, compreende-se a repulsa à sanha arrecadatória estatal, algo que permanece na alma da sociedade brasileira atual.

Como vimos, desde o século XVI, o estabelecimento de defesas na Baía da Guanabara ocorreu quase que ao acaso. A própria ocupação do Morro do Descanso, depois do Castelo, mostrou a falta de planejamento e mesmo da logística necessária à uma posição de defesa, como o abastecimento de água. A necessidade da construção de cisternas para armazenamento do precioso líquido muitas vezes só eram pensadas depois dos muros erguidos.

Outro aspecto a salientar é que as construções defensivas muitas vezes eram feitas de forma improvisada, com materiais inadequados, porque eram pouco resistentes às inclemências do tempo e mesmo para o fim que se destinavam. Isto para não abordarmos os possíveis desvios dos empreiteiros, registrados em diversos documentos históricos. Devemos lembrar que foi apenas em 1649 que dois engenheiros-militares estiveram no Rio de Janeiro com a tarefa de estudar o sistema de defesa e propor um encaminhamento aos problemas existentes.

Havia também a percepção que as fortificações se bastavam enquanto possuísem muralhas, canhões e munição. Somente anos, até décadas depois, é que os governantes se preocupavam com a construção de quartéis para abrigar os soldados, que muitas vezes eram forçados ao serviço, resultando não pequenos inconvenientes para a defesa, sendo que o principal era que os fortes só eram mobiliados quando a situação se apresentava, o que reduzia o grau de aprestamento. Ou seja, a quantidade dos chamados “homens de armas” era pequena, recaindo sobre o segmento masculino da população carioca o peso da tarefa da defesa da cidade.

Mas a própria população, muitas vezes agiu, de forma consciente ou não, contra os dispositivos defensivos. Fosse porque não acreditassem em sua eficácia, fosse porque desejava usufruir da coisa pública, em vários momentos os cariocas inviabilizaram fortificações, como no caso do muro erguido nos anos 1710-1720, em que casas foram construídas junto ao mesmo, para aproveitar com parede ou quando retiravam material do mesmo para utilizar em obras particulares. No mesmo sentido temos as invasões das áreas de fortes como São Januário e do Castelo, para fins de moradia.

Constata-se que o sistema defensivo carioca poucas vezes foi guiado pelo aspecto preventivo, predominando o caráter reativo, ou seja, as soluções só eram pensadas depois que o problema se instalara, o que, do ponto de vista administrativo tem um custo elevado.

Não se pode deixar de levar em conta a questão da paisagem do Rio de Janeiro. Embora deslumbrante do ponto de vista de bioma, a variação de tipos de solo, rochas, o relevo movimentados, os cursos d’água entre outros aspectos naturais tornam a tarefa de construir ali uma questão que de não simples resolução, algo que ainda reverbera nos tempos atuais.

Mesmo a partir do século XVIII, quando foram elaborados diversos planos defensivos por engenheiros-militares, ainda assim se cometeram erros espantosos, como foi a construção da Fortaleza da Conceição que, depois de pronta, não podia atirar porque incomodava o Bispo! Recursos e tempo despendidos para um resultado píffio.

Mas há ainda outro ponto para se chamar a atenção. Ao longo de nossa exposição, vimos os governadores reclamando, solicitando recursos, etc, passando a impressão de zelo com a coisa pública. Contudo, a observação mais atenta dos fatos mostra que, já naquela época, aqueles agentes públicos desejavam deixar suas marcas administrativas na memória da população, através da construção de um novo prédio ou fortificação, tal como as fortificações efêmeras planeadas pelo Conde de Resende. Assim, muitas obras eram abandonadas quando havia a troca de governadores, deixando-se muitas vezes a obra anterior para iniciar-se outra. O resultado era o desperdício dos recursos públicos, algo tristemente atual.

Olhando para trás, vemos que todos os atores daqueles fatos agiam de acordo com suas percepções, por seus desejos, por seus objetivos. Cada um buscando solucionar os problemas que se apresentavam a seu modo. Cada um dando o seu “jeitinho”.

Por fim, é importante ressaltar que coleções cartográficas que mormente podem ter pensadas e executadas com finalidades defensivas, e que poderiam indicar primariamente uma aplicação apenas para fins de história militar ou de engenharia, podem vir a ser fontes importantes para subsidiar estudos de evolução da paisagem natural e urbana, entre outros aspectos.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho, pautado sobretudo na coleção de planos de 1794, contou com o precioso auxílio dos primeiros sargentos Alvaro Luis dos Santos Alves e Claudio Quintela Nahon, ambos do Arquivo Histórico do Exército (AHEx), a quem agradeço penhoradamente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARRETO, A. **Fortificações do Brasil**. 2ª edição revista e atualizada. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 2010, 206p.

CASTRO, A. H. F. de. **Muralhas de pedra, Canhões de bronze, Homens de ferro: fortificações do Brasil de 1504 a 2006**. Rio de Janeiro, Fundação Cultural Exército Brasileiro, 2009, 478 p.

CORRÊA-MARTINS, F. J. **Histórico do Palácio e da Fortaleza da Conceição**. Rio de Janeiro, 5ª Divisão de Levantamento – Seção de Relações Públicas, [1996], 16p.

DUGUAY-TROUIN, R. **Mémoires de Monsieur Du Guay-Trouin, Lieutenant Général des Armées Navales de France & Commandeur de l'Ordre Militaire de S. Louis**. Amsterdan, Pierre Mortier, 1756, 312p.

GODINHO, V. M. **Ensaio**. Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1971, V.2, 448p.

FERREZ, G. **O Rio de Janeiro e a defesa de seu porto: 1555-1800**. Rio de Janeiro, Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1972, 232p. + 80 pranchas.

FRAGOSO, A.T. **Os franceses no Rio de Janeiro**. 3ª edição, revista, acrescida e anotada por Antônio de Souza Júnior. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 2004, 281p.

MENEZES, A. de B. Conta sobre a fortificação e a artilharia e mais Fortalezas da praça e armazens do Rio de Janeiro,[datada de 2 de março de 1718]. **Revista do IHGB**, Tomo 55, Vol. 85, Parte 1, pp. 221-227, 1892

RIO BRANCO, B. do. **Historia do Brasil**. [Complementada no período de 1889-1930 por José Bernardino Paranhos da Silva e Max Fleiuss]. Rio de Janeiro, Typographia São Benedicto, 1930, 185p.

SOUZA, A. F. de. Fortificações no Brazil: Época da respectiva fundação, motivo determinativo della, sua importancia defensiva, e valor actual. Memoria escripta por convite da commissão directora das Conferencias sobre historia e geographia do Brazil em 1881. **Revista do IHGB**, Tomo 48, Parte 2, pp. 5-140, 1885.

THEVET, A. **Lisle Henrii**. [S.l.], [s.n.], [1586]. Disponível em <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b85967002.r=andre+thetvet.langPT>>. Acesso: 25 agosto 2013.

VARNHAGEM, F. A. de. **História Geral do Brazil**. Rio de Janeiro, E & H. Laemmert, V1, 1854, 406p , V2, 1857, 484p.